



Resenhas, teses e dissertações

IL MULTICULTURALISMO

SAVIDAN, Patrick. Bologna: Il Mulino, 2010, 118 p.

*Roberto Marinucci**

La diversità etnico-culturale non è una novità del mondo moderno. Tuttavia è abbastanza recente la nascita di una vera e propria “lotta per il riconoscimento” delle diversità. È questo il tema di fondo di questo libro di Patrick Savidan, insegnante all’università di Poitiers, presidente dell’Osservatorio sulle disuguaglianze e direttore della rivista di filosofia “Raison Publique”.

La nascita dello Stato Moderno è stata caratterizzata dal superamento delle logiche comunitariste fondate sulle gerarchie naturali e sovranaturali. Lo Stato democratico e liberale, in discontinuità con il passato, percepisce la relazione tra i cittadini come fondata sull’esperienza dell’altro come simile. Questo significa che qualsiasi differenza tra gli esseri umani deve essere subordinata alla coscienza dell’uguaglianza che nasce dall’appartenza al genere umano. Di conseguenza, sottolinea Savidan, “l’altro può apparire prima di tutto come un nostro simile, mentre gli

* Ricercatore del Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios - CSEM, direttore della Rivista REMHU, professore dell’ Istituto São Boaventura di Brasília. Brasília/Brasile.

attributi che lo distinguono assumono solo un aspetto secondario, contingente, accidentale, cioè legato ai contesti diversi e circostanziali di appartenenza” (p. 27).

Tuttavia, negli ultimi anni, dibattiti emersi in alcuni stati multinazionali e, più recentemente, in paesi caratterizzati dalla forte immigrazione, hanno messo alla luce la questione della diversità come elemento intrinseco del carattere sociale e relazionale dell’essere umano. In altri termini, il riconoscimento dell’altro come simile e dell’uguaglianza di tutti i cittadini non può essere raggiunta e conservata a scapito della diversità culturale, dato che questa è parte dell’identità della persona. Savidan, in questo senso, si pone la domanda di come conciliare l’uguaglianza di ogni cittadino e, allo stesso tempo, il rispetto o il riconoscimento della sua alterità: “si tratta di restituire all’uguale la sua differenza e questo, paradossalmente, proprio per andare ancora più lontano nell’istaurazione dell’uguaglianza e per fare in modo che il livellamento non dissimuli più una negazione delle differenze reali” (p. 36).

Nella sua riflessione Savidan, in modo molto appropriato, dialoga con differenti autori che hanno approfondito la questione: da Taylor a Kymlicka, da Habermas a Honneth, da Rawls a Weinstock. Sempre attento a ricercare le criticità delle posizioni favorevoli e contrarie al multiculturalismo, l’autore, con un taglio introduttivo e un approccio prevalentemente filosofico, discorre su questioni morali, politiche e antropologiche relazionate alla visione multiculturalista, sempre cosciente della complessità del tema, ma allo stesso tempo convinto della necessità di trovare un cammino nel quale l’uguaglianza non degeneri nell’assimilazione e il riconoscimento della diversità etnico-culturale non si dia a scapito della coesione sociale e dell’unità del genere umano.

Il libro di Savidan è consigliato a tutti coloro che nell’attività politica, giuridica, associativa e pastorale sono interessati ad una miglior comprensione delle problematiche inerenti all’incontro tra culture ed alla ricerca di piste per la costruzioni di società nelle quali la diversità etnico-culturale possa essere conciliata con il pieno riconoscimento dell’uglianza di diritti di ogni essere umano.

*DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES:
Ordem jurídica Internacional e Brasileira*

FARENA, Maritza Natalia Ferretti Cisneros.
Curitiba: Juruá, 2012, 202 p.

*Terezinha L. Santin**

O fenômeno econômico e social das migrações, as transformações realizadas pelo Direito, especialmente pelo Direito Internacional dos migrantes, é o foco deste significativo trabalho de Maritza Natalia Ferretti Cisneros Farena, mestre em Direitos Humanos e Direito Comunitário, especialista em Direito Internacional, Professora universitária e advogada.

O texto analisa a situação dos direitos humanos dos migrantes e das políticas migratórias dos Estados, desde a perspectiva da tutela jurídica internacional dos direitos humanos dos migrantes, buscando avaliar o hiato entre a norma e a política.

No primeiro capítulo, a autora trabalha, de forma aprofundada e com base em vários autores renomados no que tange à migração, as diferentes definições de migrantes. Denomina categorias de migrantes. Além disso, faz uma releitura da legislação internacional e brasileira em relação aos direitos humanos dos migrantes. Nesta perspectiva, aborda, de forma sucinta, histórica e estatística o “panorama das migrações atuais”.

Maritza, no segundo capítulo utilizando a teoria de Kant, apresenta a importância da cidadania universal como direito inalienável dos migrantes. “É a ordem cosmopolita que se funda na concepção da

* Bacharel em sociologia, mestranda no CEPPAC/Unb, diretora do CSEM. Brasília/Brasil.

cidadania universal, transcendendo as pretensões particulares dos Estados para se estender à comunidade universal” (p. 77). Cidadania esta, que na leitura da autora, se traduz como Direito Internacional dos Direitos Humanos. Após salientar que em âmbito internacional há inúmeros instrumentos de proteção aos direitos humanos dos migrantes, a autora aponta os principais documentos jurídicos e órgãos internacionais e regionais – com referência explícita à América Latina - de proteção dos direitos dos migrantes, inclusive os indocumentados. Destaca, de forma específica, a proteção dos direitos humanos dos migrantes na ordem jurídica do Brasil, além de criticar o tratamento legal diferenciado para a categoria de refugiados em relação aos demais migrantes portadores das análogas necessidades e, no entanto, não atendidos devidamente.

No terceiro e último capítulo do livro, Maritza trabalha a perspectiva da situação geral dos direitos humanos dos migrantes. Faz uma análise da aplicação e implementação das inúmeras leis de defesa aos migrantes e constata que as populações migrantes são altamente vulneráveis à discriminação, aos abusos e à xenofobia, sobretudo os que estão em situação migratória irregular. Contudo, mesmo os regulares têm seus direitos restritos e não desfrutam dos direitos de igualdade. A autora faz referência especificamente aos direitos à saúde, à educação, à identidade cultural e à expressão política. Trabalha, ademais, questões referentes ao tráfico de pessoas, à legislação brasileira referente à migração, desde o Estatuto de estrangeiro 1980 até o processo atual da nova lei de migrações ainda em tramite, e à questão dos brasileiros no exterior, com suas repercussões no contexto de globalização.

Conclui dizendo que existe um nítido contraste entre os direitos estabelecidos nos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e consolidados nas Constituições nacionais e a realidade de desproteção de milhões de migrantes, em especial dos indocumentados.

Este texto é de uma significação fundamental não somente para juristas, advogados e legistas, mas para quem quiser entender os direitos humanos dos migrantes e as implicações das leis na trajetória dos que migram.

ESTRATÉGIAS LABORAIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

Tese de Doutorado em Ciências Sociais - CEPPAC/UnB, Brasília.
Orientador: Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva. 2012.

*Heloisa Mazzoccante Ribeiro**

A tese aborda os processos migratórios da população boliviana a partir das políticas públicas e dos contextos de exclusão, no espaço de origem (Bolívia) e no de chegada (Brasil), enfatizando a relação de interdependência entre os fatores de expulsão e os de manutenção/recriação das condições de vulnerabilidade no trânsito migratório. Como eixo analítico, ressalta-se os interesses econômicos defendidos pelos Estados, quando estes exercem um papel cada vez mais influente sobre a sociedade, seja pelas políticas adotadas, seja pela sua ausência, concomitantemente às tensões entre capital/trabalho na esfera do avanço da produção e relações de trabalho mercantilistas.

A exclusão social na Bolívia mereceu um estudo que atravessa o tempo, enfatizando a histórica segregação étnica, potencializada por políticas que aprofundaram as desigualdades sociais no país. Como efeito das ações governamentais, a situação de pobreza das maiorias e as difíceis condições de vida no campo são agravadas, intensificando o êxodo rural (migração interna) e a alta concentração demográfica nas cidades. A grande pressão sobre o mercado de trabalho amplia a informalidade e o desemprego, as tendências ao rebaixamento dos salários e precariedade das condições trabalhistas, fortalecendo o fluxo emigratório.

* Doutora em Estudos Comparados das Américas, CEPPAC, Universidade de Brasília. Professora na PUC - Goiás.

No Brasil, as situações de exclusão encontram na política imigratória os pressupostos iniciais para a sua recriação e manutenção, atuando de forma a impulsionar as precárias condições de trabalho e vida dos imigrantes (pobres) que buscam no país novas oportunidades. O trabalhador boliviano fica submetido à empregabilidade informal e sobre-exploração da sua força de trabalho nas oficinas de confecções em São Paulo, já que a falta de documentação não lhe assegura direitos. Pautada por critérios econômicos, a política imigratória, ao excluir certas categorias de imigrantes, os penaliza pela sua condição socioeconômica, referendando que a situação de carência limita as possibilidades de escolha livre e o gozo dos direitos.

Na dimensão política, a reflexão aborda os direitos humanos e de cidadania dos imigrantes, cuja insuficiência dos instrumentos de proteção e as manifestações de violação desses direitos são alimentadas por um tipo de exclusão normatizada - a mesma exclusão decorrente dos controles migratórios provoca a vulnerabilidade, contribuindo para a exploração do trabalhador imigrante no país. A discussão aborda o sentido assumido pelo termo "trabalho escravo" para caracterizar a exploração da força de trabalho nas indústrias de confecções, expressão que tece um tipo de identidade social para o imigrante, favorecendo os contextos gerais de dominação e exclusão social. Na verdade, o trabalhador é sujeito das relações de produção e acumulação capitalistas, quando empresas, economia, Estado e sociedade, de modo geral, são os grandes beneficiários do seu trabalho.

Quanto à análise das políticas migratórias, fica demonstrado certo distanciamento entre lei e fatos reais, revelando contradições que transcendem o âmbito formal institucional: por vezes a norma se distancia da prática, assim como o discurso nem sempre reflete a realidade. Por fim, percebe-se que os movimentos humanos devem continuar em escala crescente, já que as necessidades do capital operam como combustível que dinamiza as migrações em busca de trabalho e melhores condições de vida, assim como permeiam a exploração e mercadorização do trabalhador.

MIGRAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

PEREIRA, Glória Maria Santiago; PEREIRA, José Ribamar de Sousa (orgs.). Curitiba: CRV, 2012, 494 p.

Tuila Botega Cruz*

A relação entre migração e globalização é intrínseca e indissociável, sendo esta a perspectiva proposta no livro *Migração e Globalização: um olhar interdisciplinar*. A tentativa bem sucedida de explorar a complexa, e muitas vezes contraditória, relação entre migração e globalização, de maneira *interdisciplinar*, constitui uma das maiores contribuições da referida obra para este campo de estudo. Pois, ao assumir uma abordagem transversal, admite-se que as diversas visões teóricas e metodológicas de variados campos do saber contribuem de forma importante para a compreensão do fenômeno migratório em sua totalidade. Dentro desta perspectiva, cabe o argumento de José Bizerril, em um dos artigos do livro, de que a globalização tem implicações geopolíticas, culturais, econômicas, identitárias e subjetivas das mais diversas, tornando-se insustentável o argumento de que uma única teoria ou disciplina seria capaz de abarcar a totalidade dos fenômenos relevantes para a compreensão da mobilidade humana.

A estratégia de organização da obra em cinco eixos distintos e complementares é um elemento didático que facilita a percepção da aproximação conceitual entre migração e globalização, assim como as diferentes nuances que ambos os fenômenos podem apresentar na contemporaneidade.

No primeiro eixo, os autores dedicam-se à configuração de um panorama geral e contextualização dos movimentos migratórios. Estão

* Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, com habilitação em Sociologia. Auxiliar de pesquisa do CSEM. Brasília/Brasil.

contemplados, entre outros, os temas: políticas migratórias, segurança nacional, causas e consequências da mobilidade humana, o refúgio e os novos desafios relacionados a este conceito e a Convenção de 1951 com a questão dos “refugiados ambientais”.

O segundo eixo contempla reflexões sobre raça e gênero dentro do contexto do deslocamento populacional. Os casos de mulheres migrantes que sofrem preconceito e discriminação no decorrer de sua jornada migratória, devido a nacionalidade, etnia, religião, práticas culturais ou gênero, chamam a atenção para as diversas situações de vulnerabilidade que enfrenta esta parcela da população migrante.

Em seguida, a dimensão religiosa e étnica aparece conectada à questão da reconfiguração identitária, como uma possível consequência do deslocamento geográfico. A “vivência com o diferente”, dentro de um mesmo território, levanta o desafio da promoção do multiculturalismo, da integração e da erradicação da xenofobia.

No quarto eixo, a relação entre migrações internacionais e o mercado de trabalho é explorada sob os aspectos da diferença salarial entre migrantes e não migrantes e das trajetórias migratórias e laborais. Considerando a configuração do mercado de trabalho a partir de nichos diferenciados para nacionais e migrantes, constata-se a inserção destes em um segmento onde predominam as funções de baixa qualificação. Neste aspecto, os autores chamam a atenção para a influência que as redes de amizade ou parentesco podem exercer no direcionamento e continuidade da ocupação deste setor por trabalhadores migrantes.

Por fim, a conexão entre migração e a construção de identidade é explorada a partir de diferentes aspectos. Cabe destacar o papel desempenhado pela mídia para a construção de imagens, muitas vezes vinculadas a estereótipos e preconceitos sobre os migrantes. Além disso, os exemplos dos significados culturais e étnicos que estão associados ao movimento dos migrantes *dekassiguis*, e de como a dimensão do retorno é um componente inerente a essa identidade, conseguem elucidar os possíveis significados que podem ser atribuídos ao “ser migrante”.

Em suma, dentro deste panorama de globalização, o fenômeno migratório assume uma complexidade bastante ampla, diante da qual os migrantes devem ser entendidos, não somente como vítimas deste processo, mas principalmente, como agentes sociais. É nesse sentido que a referida obra contribui para o aprofundamento da reflexão acerca desta temática.